

ESTUDO DO COEFICIENTE INTELECTUAL EM CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de conclusão de curso

2018

Keylla Tolotti Alves

Psicóloga. Especialização em Neuropsicologia-Ênfase em Neuropsicologia Escolar - PUCRS (em andamento). Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito para obtenção do Bacharelado em Psicologia.

Luciana Schermann Azambuja

Doutora em Medicina e Ciências da Saúde- Ênfase em Neurociências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Neuropsicóloga do Centro Clínico da PUCRS. Professora Orientadora dessa pesquisa.

E-mail de contato:

lusazambuja@yahoo.com.br

RESUMO

O coeficiente intelectual é um conjunto de testes padronizados que se destinam a mensurar as capacidades cognitivas do indivíduo (inteligência). O objetivo deste trabalho é verificar se existe diferença no coeficiente intelectual de crianças que estudam em escolas privadas e pública. Para isso foi utilizado como instrumento de coleta de dados a Escala de Inteligência Wechsler Abreviada (WASI). Participaram da pesquisa quatorze crianças, sendo sete de uma escola privada e sete de uma escola pública. De acordo com os resultados apresentados, os níveis estimados de coeficiente intelectual em alunos de escola pública são menores, comparando aos níveis de alunos de escola particular, onde podemos atribuir grande significância deste resultado ao nível socioeconômico das famílias destas crianças.

Palavras-chave: Coeficiente intelectual, escala de inteligência abreviada WASI, crianças.

Copyright © 2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

Nos países em desenvolvimento, pode-se observar diferenças importantes entre as classes sociais, as quais podem afetar muitas áreas do desenvolvimento humano como condições básicas de saúde, acesso à educação, saneamento básico, moradia, entre outros (Silva, Ribeiro & Santos, 2012). Segundo os mesmos autores nível socioeconômico e a escolaridade da população estão diretamente ligados à inteligência/coeficiente intelectual. O acesso à educação de qualidade não está ao alcance da população menos favorecida, o que pode acarretar até mesmo na evasão escolar. Já jovens que têm melhores condições socioeconômicas frequentam com mais facilidade a escola e são poupados da responsabilidade de trabalhar, além de possuírem um ambiente, na maioria das vezes, favorável para o estudo (Alves & Soares, 2009).

A família, as estruturas da sociedade e a escola estão entre os fatores que impactam o desempenho cognitivo dos alunos da educação básica (Soares & Andrade, 2006). Quanto ao lugar que eles ocupam na hierarquia social, as diferenças entre os indivíduos são consistentemente observadas em qualquer sociedade (Alves & Soares, 2009). Buchmann e Hnum (2001) apud Luz (2016) afirmam também a influência na formação e desempenho escolar onde o baixo nível socioeconômico caracteriza toda a comunidade da qual o aluno faz parte. Os alunos que são mais favorecidos acabam se apropriando de forma mais eficiente das melhorias e das condições da escola, assim, aumentando a desigualdade, pois à medida que o nível socioeconômico aumenta, a proficiência dos alunos se torna maior (Soares, 2004). Os dados corroboram com a hipótese de que aqueles com nível socioeconômico mais baixo são os alunos com nível de desempenho abaixo do básico (Soares, Fonseca, Álvares & Guimarães, 2012).

Para o acesso a níveis escolares mais altos, a escola deve ensinar os conteúdos cognitivos e propiciar experiências que viabilizem os mesmos a adquirir as competências necessárias, sem excluir a socialização de seus alunos (Soares & Andrade, 2006). Para isso é preciso que se estimule a inteligência, através da contribuição exterior dada pela ação educativa, pois o meio oferece a matéria prima para uma boa construção da inteligência (Assis, 2016).

Conforme Castro e Castro (2001) menciona que conceito de inteligência vem sendo usado de maneira muito diversificada, tendo várias definições, sendo assim algo amplo. Já para Primi (2003, p.73), “a inteligência pode ser definida como uma capacidade geral de adaptação, funções adaptativas do organismo associadas a comportamentos do cérebro que auxiliam o organismo a se adaptar ao meio”.

Os testes de inteligência para crianças medem primariamente habilidades essenciais ao desempenho acadêmico, para a quantificação das capacidades intelectuais são usadas as escalas Wechsler de inteligência, subdivididas pela faixa de idade. Tais escalas consistem em uma série de perguntas e respostas padronizadas que medem o potencial do indivíduo em áreas intelectuais diferentes, como o nível de informação sobre assuntos gerais, a interação com o meio ambiente e a capacidade de solucionar problemas cotidianos (Costa, Azambuja, Portuguese & Costa, 2004). Alves, Rosa, Silva e Sardinha (2016) realizaram uma revisão de literatura para averiguar os testes de inteligência mais usados no Brasil, verificando que em 34,3% dos estudos foram utilizadas as Escalas Wechsler de Inteligência, demonstrando sua a fidedignidade. A utilização das Escalas Wechsler de Inteligência está voltada para os contextos clínicos, psicoeducacionais e de pesquisa, possibilitando a avaliação minuciosa das capacidades cognitivas de crianças, adolescentes e adultos (Nascimento & Figueiredo, 2002).

Com a necessidade de obter medidas em um menor espaço de tempo, surgiu o WASI, desenvolvido para avaliar o funcionamento cognitivo geral de forma breve, com evidências fidedignas e de validade (Wagner, Camey & Trentini, 2014). Foi construído através da correlação com as Escalas Wechsler de Inteligência, como WISC-III, WAIS-III e Wechsler Individual Achievement Test (WIAT), e a correlação dos WISC-III com o WASI são extremamente semelhantes (Trentini, Yates & Heck, 2014). Desta forma, ao contrário da escala original que demanda de um tempo maior para sua aplicação, a WASI possibilita a avaliação em pacientes que fadigam com facilidade, idosos, pessoas com lesões neurológicas, entre outras condições clínicas que necessitem ser realizadas de uma forma mais breve. (Yates, Trentini, Tosi, Corrêa, Poggere & Valli, 2006).

O QI estimado que é verificado pelo teste WASI foi correlacionado com o QI Total verificado pelo teste WISC-III na pesquisa de Mello, Argollo, Shayer, Abreu, Godinho, Durán, Vargem, Muszkat, Miranda e Bueno (2011), no qual os resultados finais de ambas as escalas realizadas foram muito parecidos, sugerindo que quando a restrição de tempo, ou quando usado como triagem em pesquisa, o teste é indicado e pode ser adotado tranquilamente. A versão da WASI americana foi lançada em 1999, porém, no Brasil ela começou a ser utilizada no ano de 2014 após ser traduzida e validada. Essa escala é composta por quatro subtestes, sendo dois Verbais (Vocabulário

e Semelhanças) e dois de Execução (Cubos e Raciocínio Matricial), e sua aplicação destina-se a sujeitos de 6 a 89 anos (Heck, Yates, Poggere, Tosi, Bandeira & Trentini, 2009).

Segundo Kaufman (1979apud Nascimento & Figueiredo, 2002), a aproximação feita entre as escalas Wechsler e as teorias da inteligência propõe uma estrutura hierárquica, na qual o escore do QI Total (QIT) avalia o nível geral do funcionamento intelectual, sendo este subdividido em QI Verbal e QI de Execução. O QI Verbal avalia os processos verbais e de conhecimento adquirido. Já o QI de Execução mede a organização perceptual, capacidade de manipular estímulos visuais com rapidez e velocidade, e outros processos não verbais. Conforme Trentini, Yates e Heck (2014), na equiparação do mesmo com a WISC-III, é evidenciado que todos os subtestes apresentam correlações estatísticas significativas, sendo, portanto, QIT muito similar.

O conhecimento das habilidades cognitivas nas diferentes classes sociais torna-se útil na investigação destes aspectos acima citados. Desta forma, investigar possíveis diferenças no coeficiente intelectual entre crianças que estudam em escola particular ou pública de periferia, pode promover uma reflexão da situação atual da educação do país e suas futuras consequências.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar se existe diferença no coeficiente intelectual de crianças que estudam em escolas particulares e públicas, visando investigar as variáveis que podem interferir no desempenho intelectual dos alunos. Além disso, tem objetivo de quantificar as possíveis diferenças encontradas nos grupos.

Método

A amostra foi constituída por alunos do ensino fundamental pertencentes ao quinto ano fundamental, com idades entre 9 a 12 anos, de ambos os sexos, do município de Guaíba. Participaram do estudo 14 crianças divididas em 2 grupos: o Grupo A (com 7 alunos pertencentes de uma escola particular); e Grupo B (composto por 7 alunos de uma escola pública), escolhidos de forma aleatória.

Somente alunos que estavam de acordo com a idade regular de seu ano de ensino e que frequentavam regularmente a escola foram incluídos no estudo. Foi utilizado como critério de exclusão alunos com alguma patologia e ou deficiência, conforme relato da escola. Tratou-se de uma pesquisa descritiva em que foi aplicado um teste psicométrico para verificar o desempenho intelectual de cada aluno. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a Escala de Inteligência Wechsler Abreviada (WASI).

Inicialmente, o projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em pesquisa da ULBRA – Universidade Luterana do Brasil. Após ser aprovado o projeto pelo Comitê de Ética, a pesquisadora entrou em contato com as escolas para iniciar a coleta de dados. O teste foi realizado com cada aluno individualmente e foi corrigido. A aplicação do teste foi realizada nas dependências das escolas e teve duração média de 30 minutos para cada aluno. Após os dados, foram levantados e analisados através de planilhas do Excel.

Aos pais dos alunos que participaram da pesquisa, foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido. Os sujeitos que compuseram a amostra foram contatados e convidados a participar da pesquisa mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram devidamente informados sobre a garantia do sigilo e anonimato.

Resultados e discussão

Na Tabela 1 são apresentadas as características dos grupos estudados. Ambos os grupos A e B, possuem idades semelhantes e compatíveis com o ano de ensino, sendo a média de idade da escola pública 10 anos e 5 meses, e a média de idade da escola privada 9 anos e 8 meses. Ambos os grupos apresentam a mesma faixa etária e período do desenvolvimento cognitivo, sendo este descrito por Piaget como operações concretas (Rizzi & Costa, 2004). Este período é caracterizado pela capacidade que a criança adquire de realizar operações concretas, ou seja, capacidade de realizar operações lógicas, aritméticas, geométricas, temporais entre outras. Caracteriza-se pela capacidade do raciocínio lógico, compreendendo situações como um todo (Rizzi & Costa, 2004).

Referente ao sexo, a amostra foi composta na escola pública por 5 sujeitos do sexo feminino e 2 sujeitos do sexo masculino, e na escola privada por 6 sujeitos do sexo masculino e 1 sujeito do sexo feminino. Segundo Alves (1998), não foram encontradas diferenças intelectuais significativas entre meninos e meninas (com média de idade entre 10 e 13 anos) na aplicação do teste das matrizes progressivas de Raven, e no teste WISC.

Outros estudos também não evidenciaram diferença entre os sexos, como por exemplo o de Mendonza, Alves, Lelé e Bandeira (2007), que realizaram uma pesquisa em Belo Horizonte e Porto Alegre com crianças entre 5 e 11 anos, onde o objetivo era averiguar se existem diferenças de sexo quanto a inteligência. Foi constatado que o fator sexo é indiferente quando se trata de inteligência geral, não obtendo uma diferença estatisticamente significativa, ou seja, não há preponderância de um sexo sobre o outro. Bandeira, Costa e Arteché (2007) que realizaram um estudo de validade do

Desenho da Figura Humana (DFH) como medida de desenvolvimento cognitivo infantil, também não encontram diferenças de inteligência significativas entre meninos e meninas.

Tabela 1. Características da Amostra

Características	
Grupo A	7 alunos (50%)
Feminino	5 (71,42%)
Masculino	2 (28,57%)
Idade Média (DP)	10,3anos(±0,93)
Grupo B	7 alunos (50%)
Feminino	1 (14,28%)
Masculino	6 (85,71%)
Idade Média (DP)	9,8 anos (±0,49)

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

De acordo com a classificação de Wechsler, o coeficiente é classificado da seguinte maneira conforme sua pontuação:

Tabela 2. Descrição Qualitativa dos Escores de QI

Escore de QI	Classificação
130 e acima	Muito Superior
120 – 129	Superior
110 – 119	Médio Superior
90 – 109	Médio
80 – 89	Médio Inferior
70 – 79	Limítrofe
69 e abaixo	Extremamente Baixo

Fonte: Manual WASI, 2014. Adaptado pelas autoras.

Segundo Trentini, Yates, e Heck (2014), o Coeficiente Intelectual de Execução é avaliado através de dois subtestes, sendo eles Cubos e Raciocínio Matricial. O subteste Cubos é composto de um conjunto de 13 desenhos geométricos, em que o examinando deve reproduzi-los em um determinado limite de tempo. Com esta tarefa, avalia-se visualização espacial, coordenação visuomotora e conceituação abstrata. O subteste Raciocínio Matricial é composto por 35 padrões incompletos, onde o examinando deve completar com a resposta correta entre 5 alternativas. Esta tarefa mede o raciocínio lógico não-verbal e habilidades intelectuais gerais.

De acordo com a Figura 1 foi encontrada diferenças importantes na área de execução, sendo a média da escola pública foi QI 84 (classificado como médio inferior), e a média da escola particular QI 116,1 (classificado como médio superior).

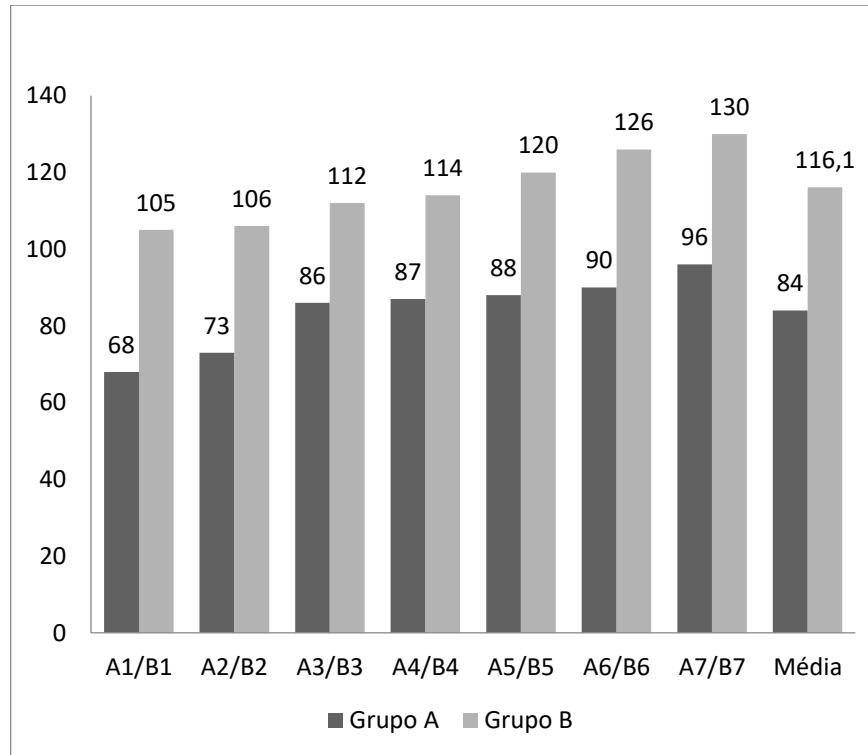


Figura 1. Resultados do QI Execução dos Grupos

Segundo a pesquisa feita por Cavalini, Mecca, Pinheiro, Rodrigues e Macedo (2015), que correlacionou o tipo de escola e os resultados no WISC, conclui-se que o QI Execução das crianças de 6 a 8 anos de escola pública foi classificado em médio, e das de escola particular em médio superior. De acordo com o estudo de Shayer, Carvalho, Mota, Argollo, Abreu e Bueno (2015) que também compara o QI execução de crianças de escola pública e privada, através do WISC III, observa-se que os participantes da escola pública obtiveram em QI execução estatisticamente inferior aos alunos da escola privada. A Figura 2 mostra o resultado de QI verbal dos grupos.

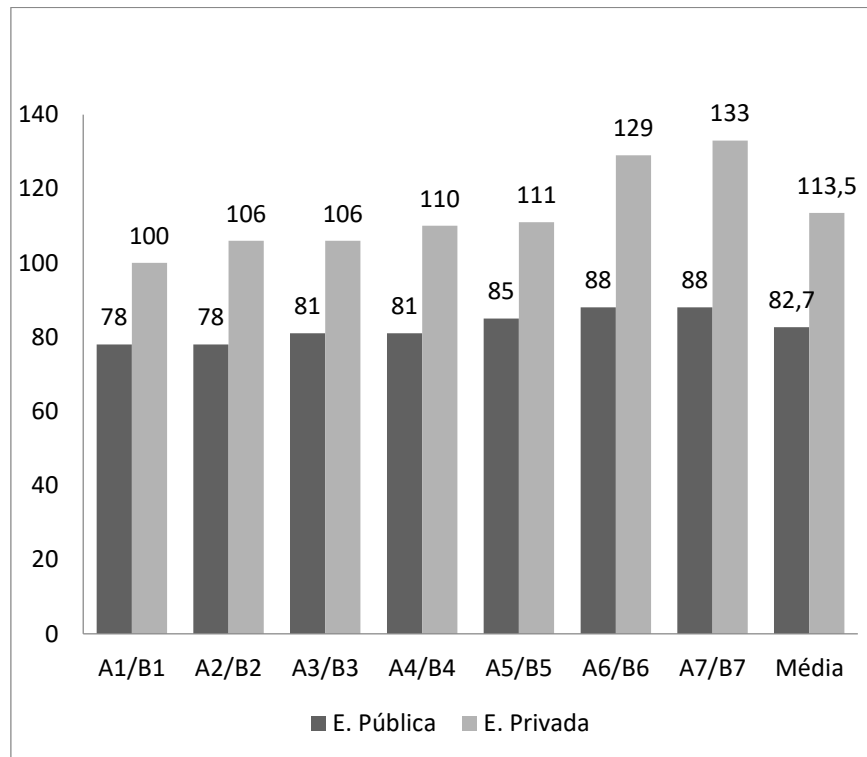


Figura 2. Resultados de QI Verbal dos Grupos

Segundo o Manual WASI (2014), o Coeficiente Intelectual Verbal é avaliado através de dois subtestes, sendo eles Vocabulário e Semelhanças. O subteste Vocabulário é composto por 42 itens, que medem a extensão do vocabulário do indivíduo sobre seu conhecimento verbal, abrangendo também outras habilidades cognitivas como memória, habilidades de aprendizado e desenvolvimento de conceitos de linguagem. O subteste Semelhanças é composto por 22 itens, sendo que para cada item, o examinando deve explicar a semelhança de cada par de palavras, podendo assim, obter medida de formação de conceito verbal, habilidade de raciocínio verbal abstrato e habilidade intelectual geral.

Foi encontrada uma diferença importante dos coeficientes intelectuais verbais, sendo a média da escola pública QI 82,7, classificado como médio inferior, e a média da escola particular QI 113,5, classificado como médio superior.

O perfil socioeconômico pode ter uma maior influência nas medidas verbais em relação às executivas. Segundo Jacobsen, Moraes, Wagner e Trentini (2013), famílias com melhores condições socioeconômicas tendem a se sair melhor em habilidades linguísticas/verbais.

A pesquisa realizada por DalVesco, Mattos, Benincá e Tarasconi (2015) discute o prejuízo que os alunos da rede pública apresentam frente aos subtestes verbais do WISC, os quais

caracterizam-se por conteúdos adquiridos em contextos estimuladores, relacionados com o meio educacional e cultural, como capacidade de expressão, vasto vocabulário e compreensão. Desta forma, se o aluno que não é submetido à ambientes estimuladores tende a não explorar de forma plena suas capacidades.

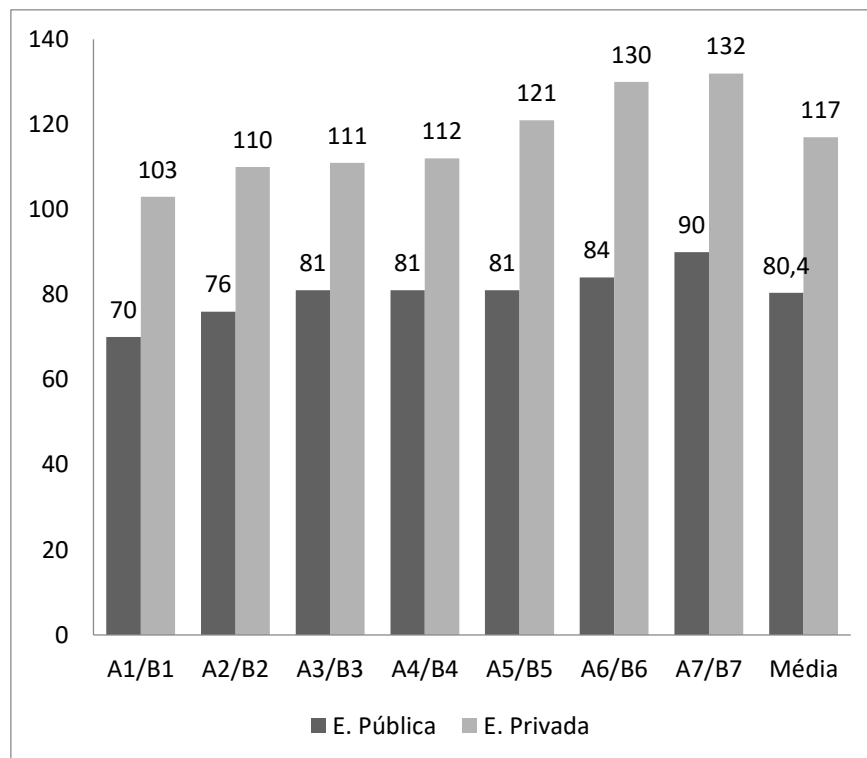


Figura 3. Resultados do teste total dos Grupos

No gráfico 3 observa-se os que os alunos da escola pública obtiveram uma média de QI 80,4 (médio inferior) e com resultados que variam de 70 a 90. Os alunos da escola particular obtiveram uma média de QI de 117, classificado como médio superior, e seus alunos obtiveram resultados que variam de 103 a 132. Portanto, foi encontrada uma diferença importante na comparação dos resultados das duas escolas. Comparando o QI execução e o QI verbal da escola pública, não houve grandes discrepâncias, assim como na escola privada.

Silva e cols. (2012) apontam que o QI está altamente associado a inúmeros fatores sociais, econômicos, educacionais, de saúde, entre outros, todos relacionados à qualidade de vida e ao fator socioeconômico. DalVescoe cols. (2015) apontam que os alunos de escola pública são mais suscetíveis a prejuízos, pois há a influência de variáveis socioeconômicas. Luz (2016) também relaciona o desempenho educacional à origem socioeconômica, ressaltando que este fator pode

variar conforme o nível de desigualdade social do país e a qualidade do sistema de ensino do mesmo. Segundo Alves e Soares (2009), a condição socioeconômica pode garantir ou não um ambiente favorável ao estudo, pois famílias que tem uma melhor condição financeira conseguem manter seus filhos estudando. Do contrário, famílias que têm uma condição desfavorável muitas vezes necessitam que seus filhos trabalhem ao invés de somente estudar.

Um estudo realizado no Brasil, onde foi correlacionado o resultado da Prova Brasil com os níveis socioeconômicos dos alunos, afirma-se que a proficiência é menor conforme seu nível socioeconômico diminui, garantindo que o desempenho destes alunos é mais baixo do que os alunos que possuem um nível socioeconômico maior (Soares e cols., 2012). Segundo Ribeiro (2011), o sistema educacional brasileiro promove a desigualdade, pois indivíduos que frequentam escolas privadas têm chances extremamente maiores de progredir no sistema do que os indivíduos que frequentam escolas públicas.

A Figura 4 Apresenta o nível socioeconômico da amostra, podendo ser observado que a família dos alunos do grupo A possuem em sua maioria renda familiar de até dois salários mínimos. Quanto à família dos alunos do grupo B, em sua maioria possuem renda familiar de dez a vinte salários mínimos, sendo cinco famílias de dez a vinte salários mínimos. De acordo com os dados do IBGE (2018) (classes sociais por faixas de salário mínimo) a maioria das famílias do grupo A são pertencentes a classe social E, e a maioria das famílias do Grupo B são pertencentes a classe social B. Portanto, há uma diferença importante da renda familiar entre os grupos, confirmando o que a literatura nos traz a respeito deste assunto.

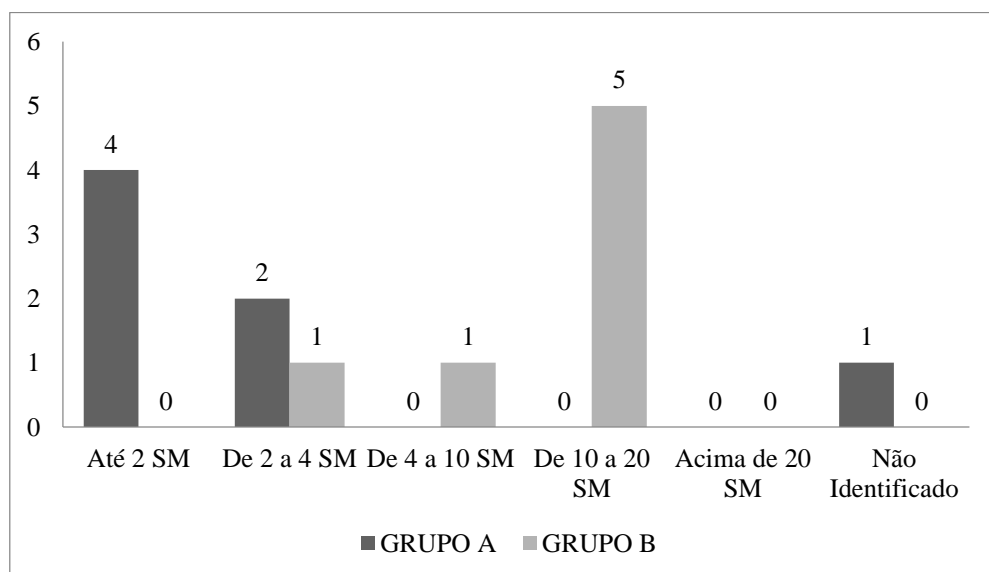


Figura 4.Renda Familiar com base no Salário Mínimo (SM)

Para Soares (2004), o fator socioeconômico está ligado ao desempenho cognitivo do aluno, pois as turmas com alunos de níveis socioeconômicos mais altos possuem vantagens, onde os mesmos fomentam um ambiente mais apropriado para o aprendizado, apresentando menor número de problemas disciplinares. O autor também afirma que a escola frequentada faz diferença na vida do aluno, sendo possível melhorar seu desempenho através de mudanças sobre as estruturas escolares, revelando que os alunos com maior nível socioeconômico se apropriam de maneira mais eficiente das melhorias das condições da escola, aumentando assim a desigualdade.

Segundo Nascimento (2007), é indiscutível a importância do entorno socioeconômico na educação do estudante. Sendo assim, as condições da família e o meio social em que o aluno está inserido são responsáveis por seu desenvolvimento educacional. O mesmo autor ainda aborda que o capital pode ser importante para a escola que provem de poucos recursos, tendo um impacto e um retorno positivos ao desempenho escolar e realidade daquele local se invertido de maneira correta.

Jacobsen e cols. (2013), correlacionam as condições socioeconômicas das famílias (renda e escolaridade dos pais) à inteligência de 418 crianças porto-alegrenses, de escolas públicas e privadas, concluindo que as condições avaliadas podem exercer um papel importante no desenvolvimento da inteligência das crianças. Além disso o estudo refere que a escolaridade dos pais influencia especialmente nas habilidades verbais, e a renda nas habilidades gerais da inteligência. Esta influência acontece possivelmente pela estimulação cognitiva oferecida a criança pelos seus pais, na qual é influenciada pela escolaridade e renda dos mesmos, apresentando assim, uma grande diferença das escolas públicas onde se encontram mais pais com baixa renda.

Shayer e cols. (2015), utilizaram o teste WISC-III e a bateria Nepsy para comparar o desempenho de crianças de escola pública e particular em uma amostra de 60 crianças, e verificaram que as oriundas de escola pública têm um desempenho significativamente inferior nos testes realizados. Cavalini e cols. (2015), também compararam o desempenho de crianças que estudam em escola pública e privada, porém, utilizando uma amostra de 296 crianças e aplicando o WISC-III, onde resultou em um desempenho cognitivo verbal, execução e total superior dos estudantes de escolas privadas, obtendo uma diferença significativa entre os grupos.

No presente estudo, mesmo utilizando uma amostra menor, obtivemos a comprovação da existência desta diferença importante em grupos maiores. Conforme a justificativa deste estudo, de fazer com que os leitores reflitam sobre o país onde vivemos, Sampaio e Guimarães (2009), tendo como base um estudo divulgado pelo INEP (2002), relatam que apenas aproximadamente 5% dos alunos da educação básica apresentam desempenho classificado como adequado, sendo que 96%

dos alunos que apresentam perfil classificado como muito crítico estudam em escola pública. Estes dados confirmam a relevância desta pesquisa, onde mostra que no ensino básico pouco se tem feito no Brasil, trazendo mais uma vez a capacidade de refletir sobre a necessidade da melhoria do ensino público e a desigualdade que é demonstrada na diferença dos resultados obtidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação do desempenho dos alunos de escola pública e particular revelou uma diferença importante do coeficiente intelectual entre os grupos, com melhor desempenho nas crianças pertencentes a escola privada. As análises mostraram que o tipo de educação ofertada na escola pública não se iguala com a mesma qualidade de ensino ofertada pela escola particular, o que pode ser refletido nas diferenças de QI apresentadas.

Com os resultados levantados, a proposta foi fazer o leitor refletir acerca da situação atual da educação do país, e sobre o quanto a desigualdade socioeconômica pode influenciar na educação, onde somente alguns têm a oportunidade de se destacarem. Porém, na presente discussão foi observado que não basta a qualidade escolar melhorar, mas também a condição econômica das famílias.

Tanto os achados da literatura, quanto os encontrados no estudo, referem que os fatores socioeconômicos interferem no desenvolvimento cognitivo do indivíduo, acarretando em uma desigualdade social. Salienta-se que, embora o tamanho da amostra não tenha sido expressivo, seus resultados são compatíveis aos dos estudos anteriores realizados com uma população maior. A partir de tais achados, compreendemos a grande necessidade de serem realizados maiores investimentos, na educação pública, e maiores possibilidades de melhoria na qualidade de vida de famílias desprovidas de uma boa condição socioeconômica, que poderá ser discutido em futuras pesquisas. Por não existir muitos estudos sobre este tema no Brasil, sugere-se mais pesquisas sobre o assunto aqui tratado.

REFERÊNCIAS

- Alves, I. C. B. (1998). Variáveis significativas na avaliação da inteligência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2(2), 109-114.
- Alves, I. C. B., Rosa, H. R., Silva, M. A., Sardinha, L. S. (2016). Avaliação da inteligência: revisão de literatura de 2005 a 2014. *Avaliação Psicológica*, 15(n. esp),89-97.
- Alves, M. T. G., & Soares, J. F. (2009). Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. *Opinião Pública*, 15(1), 1-30.
- Assis, O. Z. M. (2016).A escola e a construção da inteligência. *Revista Educação e Linguagens*, 5(9), 69-83.
- Bandeira, D. R., Costa, A., Arteché, A. (2007).Estudo de Validade do DFH como Medida de Desenvolvimento Cognitivo Infantil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 332-337.
- Castro, J. M. O.& Castro, K. M. O. (2001).A Função Adverbial de “Inteligência”: Definições e Usos em Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(3), 257-264.
- Cavalini, S.F.S., Mecca, T. P., Pinheiro, C., Rodrigues, C. C., Macedo, E. C. (2015). Inteligência: Efeito do Tipo de Escola e Implicações na Normatização das Escalas Wechsler para Crianças. *Temas em Psicologia*, 23(2), 493-505.
- Costa, D., Azambuja, L.,Portuguez, M., &Costa, J. (2004). Avaliação neuropsicológica da criança.*Jornal de Pediatria*, 80(2), s111-s116.
- DalVesco, Á., Mattos, D., Benincá, C., Tarasconi, C. (2015). Correlação entre WISC e rendimento escolar na escola pública e na escola particular. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 481-495.
- Heck, V. S., Yates, D. B., Poggere, L. C., Tosi, S. D., Bandeira, D. R.&Trentini, C. M. (2009). Validação dos subtestes verbais da versão de adaptação da WASI. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 33-42.

Jacobsen, G. M., Moraes, A. L., Wagner, F. & Trentini, C. M. (2013). Qual é a participação de fatores socioeconômicos na inteligência de crianças? *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, 5(4), 32-38.

Luz, L.S.(2016). *Os determinantes do desempenho escolar: A estratificação educacional e o efeito valor adicionado*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG.

Mello, C. B., Argollo, N., Shayer, B. P. M., Abreu, N, Godinho, K., Durán, P., Vargem, F., Muszkat, M., Miranda, M.C. & Bueno, O. F. A. (2011). Versão Abreviada do WISC-III: Correlação entre QI Estimado e QI Total em Crianças Brasileiras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(2), 149-155.

Mendoza, C. E. F., Alves, M. M., Lelé, Á. J. & Bandeira, D. R. (2007). Inexistência de Diferenças de Sexo no Fator g (Inteligência Geral) e nas Habilidades Específicas em Crianças de Duas Capitais Brasileiras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 499-506.

Nascimento, E. & Figueiredo, V. L. (2002). WISC-III e WAIS-III: Alterações nas Versões Originais Americanas Decorrentes das Adaptações para Uso no Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(3), 603-612.

Nascimento, P. A. M. (2007). Recursos destinados à educação e desempenho escolar: uma revisão na literatura internacional. *Estudos em Avaliação Educacional*, 18(36), 115-138.

Primi, R. (2003). Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. *Avaliação Psicológica*, 2(1), 67-77.

Ribeiro, C. A. C. (2011). Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, 54(1), 41-87.

Rizzi, C. B. & Costa, A. C. R. (2004). O período de desenvolvimento das operações formais na perspectiva piagetiana: aspectos mentais, sociais e estrutura. *EDUCERE – Revista da Educação*, 4(1), 29-42.

Sampaio, B. & Guimarães, J. (2009). Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Economia Aplicada*, 13(1), 45-68.

Shayer, B., Carvalho, C., Mota, M., Argollo, N., Abreu, N. & Bueno, O. F. A. (2015). Desempenho de escolares em atenção e funções executivas no Nepsy e inteligência. *Psicologia: teoria e prática*, 17(1), 120-135.

Silva, J. A., Ribeiro, F. N. P., & Santos, R. C. (2012). Inteligência humana e suas implicações. *Temas em Psicologia*, 20(1), 155-188.

Soares, J. F. & Andrade, R. J. (2006). Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(50), 107-126.

Soares, J. F. (2004). O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos [Versão Eletrônica]. *REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio em Educación*, 2(2).

Soares, J. F., Fonseca, I. C., Álvares, R. P. & Guimarães, R. R.M. (2012). *Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da prova Brasil 2005, 2007 e 2009*. Brasília: Unesco (Série Debates ED).

Trentini, C. M., Yates, D. B. & Heck, V. S. (2014). *Manual WASI: Escala Wechsler Abreviada de Inteligência*. (1ª ed.). Editora Casa do Psicólogo.

Wagner, F., Camey, S. A. & Trentini, C.M. (2014). Análise fatorial confirmatória da escala de inteligência Wechsler abreviada – versão português brasileiro. *Avaliação Psicológica*, 13(3), 383-389.

Yates, D.B., Trentini, C. M., Tosi, S. D., Corrêa, S.K., Poggere, L. C. & Valli, F. (2006). Apresentação da Escala de Inteligência Wechsler abreviada: (WASI). *Avaliação Psicológica*, 5(2), 227-233.